



DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM BAURU

PORTARIA Nº 108, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

Altera a Portaria DRF/BAU nº 20, de 21 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre delegação de competência no âmbito da DRF Bauru.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU/SP, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU em 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no inciso LXXVII do art. 5º e art. 37, caput, da Constituição Federal, nas alíneas "a" a "f" do inciso I, do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com a redação dada pela Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, e, considerando o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200/67, regulamentado pelo Decreto nº 83.937/79, e alterações posteriores, bem como o disposto nos artigos 11 a 17 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, objetivando descentralização administrativa para simplificação, dinamização e eficiência dos serviços, resolve:

Art. 1º O art. 8º da Portaria DRF/BAU nº 20, de 21 de fevereiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 8º Delegar competência, em caráter geral, aos Chefes de Seções, ao Chefe da Equipe Aduaneira, ao Chefe da Equipe de Gestão de Pessoas, ao Chefe da Equipe de Arrecadação e Cobrança - EAC3 e aos respectivos substitutos, isolada ou simultaneamente, para a prática dos seguintes atos, dentro de suas áreas de atuação:

....."  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados os atos previstos no art. 8º da Portaria DRF/BAU nº 20, de 21 de fevereiro de 2013, praticados no âmbito da Equipe de Arrecadação e Cobrança - EAC3 desta DRF/BAURU.

MARCOS RODRIGUES DE MELLO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM JUNDIAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 49,  
DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ, no uso da(s) atribuição(ões) que lhe confere(m) os art. 302 e 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto nos artigos 5º e 8º, ambos da Instrução Normativa SRF Nº 476/2004, e considerando ainda o que consta do processo administrativo fiscal Nº 13839.722252/2013-13, resolve:

Art. 1º Fica a empresa THYSSENKRUPP METALURGICA CAMPO LIMPO LTDA, com endereço na Av. Alfred Krupp, 1050, Jardim Europa, Cidade de Campo Limpo Paulista, Estado de São Paulo, CEP 13.231-900, inscrita no CNPJ sob o Nº 50.942.135/0001-44, habilitada a operar o Regime de Despacho Aduaneiro Expresso (Linha Azul).

Art. 2º A habilitação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa habilitada.

Art. 3º Conforme disposto no artigo 8º da Instrução Normativa SRF 476/2004, a habilitação da empresa à Linha Azul não implica homologação pela RFB das informações apresentadas no pedido.

Art. 4º A habilitação é concedida em caráter precário e com prazo indeterminado, sendo válida para despachos de importação, exportação e trânsito aduaneiro realizados em qualquer local alfandegado do território nacional.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA VENDRAMIN MARTINELLI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM PRESIDENTE PRUDENTE

EQUIPE DE ARRECAÇÃO E COBRANÇA 2

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4,  
DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Exclui pessoa física do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DE EQUIPE DA ARRECAÇÃO E COBRANÇA - EAC2 DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP, no uso de suas atribuições, conforme Portaria DRF/PPE nº 29, de 02/08/2012 e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluído do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa física EDUARDO NAGLE FERREIRA, CPF nº 530.547.928-20, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhi-

mento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e 6º do art.1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Presidente Prudente/SP, de acordo com o § 1º do artigo 14 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 03, de 2004, na Avenida Onze de Maio, nº 1319 - Cidade Universitária - CEP 19050-050.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS SHIGUEO UEHARA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM MOGI DAS CRUZES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66,  
DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

Declara a inaptidão da pessoa jurídica, nos termos da Instrução Normativa da RFB de número 1.470, de 30 de Maio de 2014.

A AGENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOGI DAS CRUZES, no uso da competência delegada e especificada pela Portaria DRF/SJC Nº 75, de 12/05/2011, com fundamento nos artigos 37, inciso II e artigo 39, inciso I e § 3º da Instrução Normativa RFB nº 1470 de 30/05/2014, e considerando o constante no processo administrativo nº 13864.720167/2014-86, resolve:

Art.1º Declarar INAPTA, a inscrição CNPJ nº 10.323.394/0001-72, referente a ARMAN E BENEGAS COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA, por considerá-la não localizada.

Art.2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03/12/2013.

LAURA MIYUKI YOKOJI WAKAMOTO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO  
FISCAL  
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10,  
DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

Inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, declara:

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO  
E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 294, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
MG	Bocaiúva	Seca - 1.4.1.2.0	5504/2014	15/10/14	59050.001472/2014-41
MG	Comercinho	Estiagem - 1.4.1.1.0	31/2014	21/10/14	59050.001454/2014-69
MG	Ibiracatu	Estiagem - 1.4.1.1.0	010	08/10/14	59050.001447/2014-67
MG	Joaquim Felício	Seca - 1.4.1.2.0	031/2014	16/10/14	59050.001464/2014-02
MG	Juramento	Seca - 1.4.1.2.0	060	13/10/14	59050.001471/2014-04
MG	Malacacheta	Estiagem - 1.4.1.1.0	34/2014	14/10/14	59050.001466/2014-93
MG	Miravânia	Estiagem - 1.4.1.1.0	098	10/10/14	59050.001461/2014-61
MG	Pai Pedro	Seca - 1.4.1.2.0	0117	06/10/14	59050.001462/2014-13
MG	Piumhi	Estiagem - 1.4.1.1.0	3420/2014	06/10/14	59050.001448/2014-10
MG	Rio do Prado	Estiagem - 1.4.1.1.0	019/14	03/10/14	59050.001444/2014-23
RS	Sete de Setembro	Enxurradas - 1.2.2.0.0	1029	01/10/14	59050.001467/2014-38
SC	São José do Cerrito	Granizos - 1.3.2.1.3	2774/2014	13/10/14	59050.001468/2014-82

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

Art. 1º Fica inscrita no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, com fundamento no art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, a seguinte pessoa física:

NOME	CPF	PROCESSO
ALEXANDRA MAIA BATISTA	064.157.299-93	10921.720609/2014-74

Art. 2º A Ajudante de Despachante Aduaneiro acima mencionada, deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, de acordo com a IN RFB nº 1.273, de 6 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TSUYOSHI UEDA

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL

PORTARIA Nº 7, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL do Ministério da Integração Nacional, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Portaria nº 123, de 3 de março de 2011, e tendo em vista o disposto no §3º do art. 13 e § 4º do art. 19 da Portaria nº 555, de 4 de outubro de 2012, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Diretor do Departamento de Gestão de Programas de Desenvolvimento Regional e nos seus impedimentos e afastamentos ao seu substituto legal, para:

I. atuar como Gestor de Convênios no que se refere à análise de pareceres técnicos emitidos, com a finalidade de validação dos Planos de Trabalho e registros no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv de aceite ou indeferimento; e

II. autorizar a prorrogação de prazo para atendimento de cláusula suspensiva, uma única vez, por igual período, desde que apresentadas justificativas.

§ 1º Caso o Gestor de Convênios discorde da conclusão do parecer técnico, deverá emitir despacho fundamentado, aprovando ou indeferindo o Plano de Trabalho, e proceder ao respectivo registro no Siconv.

Art. 2º Estabelecer, nos termos da Portaria nº 555, de 4 de outubro de 2013, do Ministro de Estado da Integração Nacional, que, no âmbito desta Secretaria, a Coordenação-Geral de Convênios e Contratos atuará como Assessoria de Convênios.

Art. 3º Não se aplica esta Portaria aos convênios celebrados sob a égide da Instrução Normativa nº 1, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional; da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 127, de 29 de maio de 2008, e aos ajustes que envolvam transferências obrigatórias reguladas pela Lei nº 11.578, de 28 de novembro de 2007 (PAC).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANA MELO ALVES